



Ramalde

Junta de Freguesia

**RELATÓRIO DO ORÇAMENTO E GRANDES
OPÇÕES DO PLANO PARA 2016
(PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO
E PLANO DE ATIVIDADES)**

Índice

1.	Contexto Macroeconómico	3
2.	Medidas e Políticas Públicas	4
3.	Política Orçamental da Autarquia	4
4.	Estrutura do Orçamento.....	5
5.	Apresentação Geral do Orçamento.....	6
5.1	Previsão das Receitas	8
5.1.1	Impostos Diretos e Indiretos	9
5.1.2	Taxas, Multas e Outras Penalidades.....	10
5.1.3	Transferências Correntes.....	10
5.1.4	Venda de Bens e Serviços Correntes.....	11
5.1.5	Outras Receitas Correntes	12
5.1.6	Receitas de Capital	12
5.2	Previsão das Despesas	12
5.2.1	Despesas com Pessoal	15
5.2.2	Aquisição de Bens e Serviços	16
5.2.3	Juros e Outros Encargos.....	17
5.2.4	Transferências e Outras Despesas Correntes	17
6	Grandes Opções do Plano (GOP).....	19
6.2	Plano de Atividades (PA)	20
6.3	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	23
7.	Conclusão	27

Índice de Tabelas:

- Q.1 Receitas e Despesas por classificação Económica;
- Q.2 Evolução das Receitas por classificação Económica;
- Q.3 Evolução das Transferências
- Q.4 Despesa por Rubrica
- Q.5 Evolução da Despesa por Rubrica
- Q.6 Evolução dos Apoios Diretos e Indiretos
- Q.6.1 Desagregação dos Apoios Diretos e Indiretos
- Q.6.2 Apoios Diretos e Indiretos por Funções
- Q.7 GOP e Despesas de Funcionamento
- Q.8 Classificação Funcional das Atividades
- Q.9 Evolução do PPI

Índice de Figuras:

- G1. Orçamento 2016 (GOP e Funcionamento)
- G2. Evolução das Principais Transferências
- G3. Estrutura da Despesa
- G4. Despesa por Rubrica
- G5. Evolução das Despesas com Pessoal
- G6. Desagregação das Despesas com Pessoal
- G7. Evolução das GOP e Funcionamento
- G8. Distribuição do PA por Funções
- G9. Funções Sociais
- G10. PPI 2016
- G11. PPI por Funções

Abreviaturas:

- ADSE - Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
- AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
- CAF – Componente de Apoio à Família
- CEI – Contrato Emprego Inserção
- CMP – Câmara Municipal do Porto
- DGestE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- EB – Escola Básica
- EdC – Espaço do Cidadão
- EU – União Europeia
- GIP – Gabinete de Inserção Profissional
- GOP - Grandes Opções do Plano
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
- LOE – Lei do Orçamento de Estado
- PA – Plano de Atividades
- PIB – Produto interno Bruto
- PPI – Plano Plurianual de Investimentos
- POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
- SAMA - Sistema de Modernização e Capacitação da Administração Pública

Introdução

1. Contexto Macroeconómico

A presente proposta de orçamento foi elaborada em conformidade com os objetivos estratégicos definidos no início do mandato por este executivo que assentam em quatro temas, uma tetralogia: “Corrigir, Consolidar, Construir e Congratular”, considerando ainda, o atual enquadramento económico e político nacional e europeu.

Desta forma, não sendo conhecida, à data de elaboração da presente proposta de orçamento, a proposta de Orçamento do Estado para 2016, nem as medidas políticas e económicas que serão adotadas ao longo do próximo ano a nível nacional, o que gera algum grau de incerteza, foram adotados critérios adicionais de prudência.

Prevê-se que, na UE, o consumo privado, o consumo público e o investimento para 2016 registem uma evolução positiva de 1,9%, 0,8% e 4,2%, respetivamente. Do mesmo modo, prevê-se que o PIB mantenha a trajetória de crescimento moderado em 2016, com um aumento de 2,1% na UE e 1,9% na zona Euro, e que a taxa de inflação ascenda a 1,5% na UE e zona Euro¹.

No âmbito da economia nacional, as projeções apontam para a continuação do processo de recuperação gradual da atividade económica, com um crescimento de 1,9% do PIB para 2016, assente no crescimento das exportações e da procura interna e compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego, não obstante a sua persistência em níveis elevados. Perspetiva-se também que a capacidade de financiamento da economia portuguesa seja reforçada, passando de 3% do PIB em 2015 para 3,2% do PIB em 2016, e que as componentes de investimento, consumo público e consumo privado aumentem em 2016 para 4,4%, 0,2% e 1,7%, respetivamente. A taxa de inflação, mantendo-se em níveis reduzidos, terá tendência para um aumento gradual, prevendo-se que, em 2016, se situe em 1,2%².

¹ European Economic Forecast – Spring 2015

² Banco de Portugal – Boletim Económico – Projeções para a economia portuguesa 2015-2017, junho 2015

2. Medidas e Políticas Públicas

Realizados os dois primeiros temas dos objetivos definidos para este mandato (“Corrigir, Consolidar”), estamos agora em condições de iniciar o terceiro objetivo: “Construir”. Este objetivo, que em parte já iniciámos no ano de 2015, assenta no propósito de melhoria do serviço público, maior proximidade com os cidadãos (Espaço do Cidadão), desenvolvimento de projetos e atividades que fomentem a cidadania, a prática desportiva, com maior destaque nas crianças e jovens para maior coesão social na inclusão e envolvimento social. E, com vista ao alcance deste objetivo identificámos como prioritárias as seguintes políticas de intervenção para 2016, vertidas nas Grandes Opções do Plano (GOP):

- Incremento das políticas de incentivo à prática desportiva e envolvimento social das crianças e jovens, junto das escolas do ensino básico, através de atividades como o Hóquei em Campo e o Voleibol desenvolvidas pela autarquia em estreita colaboração as associações da freguesia (Grupo Desportivo do Viso, Ramaldense Futebol Clube, Bombeiros Portuenses, entre outras);

- Manutenção das políticas de ação social e apoio às famílias, não só através do acompanhamento e apoio técnico, como também através do projeto “Ramalde Solidário”, Takeaway e Loja Social” e do envolvimento ativo nos consórcios dos Projetos “Raiz” e “Ramal(de) Intervenção”;

- Manutenção da articulação, cooperação e apoio às Instituições da Freguesia, nomeadamente, Coletividades e Instituições de Solidariedade Social (IPSS);

- Implementação do Projeto “Educar para a Cidadania” destinado as crianças nas turmas do 4.º ano do 1.º ciclo.

3. Política Orçamental da Autarquia

Em termos de previsão orçamental mantemos os princípios orientadores assumidos no início do mandato:

- Prudência na projeção das Receitas;
- Rigor na projeção das Despesas;
- Gestão rigorosa e transparente das Contas;

O valor global do orçamento para 2016 é de €1.190.000,00 (um milhão e cento e noventa mil euros) representando em termos globais, um aumento de 5,31% (€ 60.000,00) face ao orçamento inicial de 2015.

Ao nível das receitas correntes, verificamos um aumento de 6,44% (€70.450,00) face ao orçamento inicial de 2015, justificado maioritariamente pelo aumento das receitas provenientes de impostos diretos (61,04%) e das transferências correntes (7,96%).

No que respeita às receitas de capital provenientes das concessões no cemitério, atendendo à execução da receita nos anos anteriores e à reduzida procura de terrenos, jazigos, sepulturas, ossários e columbários para concessão, também à “concorrência” em crescendo da capela mortuária paroquial, limitámos a previsão de receita na ótica do exequível.

4. Estrutura do Orçamento

O orçamento 2016 não sofre quaisquer alterações ao nível da sua estrutura, obedecendo à seguinte decomposição:

01. Administração Autárquica
 - 01.01 Assembleia de Freguesia
 - 01.02 Junta de Freguesia
02. Serviços Administrativos
03. Educação, Ação Social, Juventude, Desporto e Cultura
04. Universidade Intergeracional Fernando Pessoa
05. Cemitério

Mantêm-se as políticas de imputação e chaves de repartição de custos adotadas no exercício anterior, garantindo-se assim a comparabilidade entre exercícios.

Mantêm-se também as políticas de desagregação entre despesas de funcionamento e das atividades para que os custos relativos ao pessoal afeto diretamente ao desenvolvimento das funções sociais e objetivos estratégicos sejam imputados ao Plano de Atividades (PA) e os custos relativos aos serviços básicos da autarquia, como serviços administrativos e do cemitério, sejam imputados às despesas de funcionamento.

5. Apresentação Geral do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de €1.190.000,00.

As receitas correntes ascendem a €1.164.900,00 e suportam as despesas correntes no montante de €1.080.480,00, respeitando-se assim o princípio do equilíbrio previsto no POCAL. Por seu lado, as receitas de capital cifram-se em €25.100,00 e as despesas de capital em €109.520,00.

Resumidamente, em comparação com o ano anterior, identificam-se os seguintes pontos-chave deste orçamento:

- Reforço da receita em €60.000,00 resultante do aumento das receitas provenientes de impostos diretos e das transferências da CMP;
- Reforço das despesas com pessoal em €27.070,00 decorrente, maioritariamente, da liquidação da dívida de anos anteriores à ADSE e das contribuições para o Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- Diminuição das despesas relativas a aquisição de bens e serviços em €7.230,00 essencialmente, pela redução das despesas de funcionamento como encargos das instalações, material de escritório, entre outros;
- Reforço do PA em €38.650,03, dos quais €21.800,00 se referem a apoios às Escolas e outras Instituições da Freguesia.
- Reforço do PPI em €16.400,00 para obras de construção/requalificação;

Q.1 Receitas e Despesas por classificação Económica

Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Impostos Diretos	62 000,00 €	5,21%	Despesas c/ Pessoal	588 385,00 €	49,44%
Impostos Indiretos	20,00 €	0,00%	Aquis. Bens e Serviços	404 935,00 €	34,03%
Taxas, Multas, Penal.	120 920,00 €	10,16%	Juros e Outros Encargos	650,00 €	0,05%
Rendimentos Propriedade	250,00 €	0,02%	Transferências Correntes	54 200,00 €	4,55%
Transferências Correntes	890 860,00 €	74,86%	Outras Despesas Correntes	32 310,00 €	2,72%
Venda Bens e Serviços	72 600,00 €	6,10%			
Outras Receitas Correntes	18 250,00 €	1,53%			
Receitas Capital			Despesas de Capital		
Venda Bens Investimento	25 000,00 €	2,10%	Aquisição Bens de Capital	109 520,00 €	9,20%
Outras Receitas de Capital	50,00 €	0,00%			
Reposições não Abatidas	50,00 €	0,00%			
Saldo da Gerência Anterior	0,00 €	0,00%			
Total das Receitas	1 190 000,00 €	100,00%	Total Despesas	1 190 000,00 €	100,00%

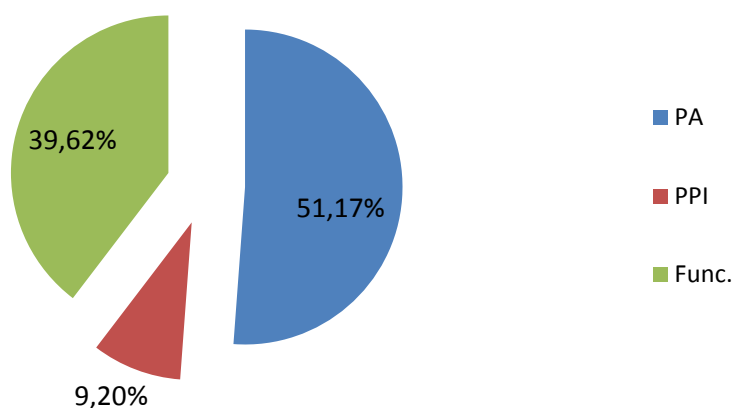
No que se refere à receita identificamos como principais fontes de financiamento as transferências correntes, no valor de €890.860,00 representando 74,86% sobre o total da receita e as receitas provenientes de taxas, multas e penalidades, no montante de €120.920,00, com um peso de 10,16% sobre o total da receita.

No que se refere à despesa mantêm-se os princípios de contenção de custos, da identificação rigorosa das despesas obrigatórias que resultam, nomeadamente, de encargos com pessoal, custos fixos das instalações e compromissos com terceiros, decorrentes de contratos em curso.

As despesas correntes desagregam-se entre despesas com pessoal no valor de €588.385,00 (49,44%) e aquisições de bens e serviços no valor de €404.935,00 (34,03%).

A análise global do orçamento decomposta entre as GOP e as Despesas de Funcionamento evidencia a manutenção da tendência de redução destas últimas, representando 39,62% do total do orçamento, e o incremento das GOP, cujo peso total é de 60,38% correspondendo 51,17% ao PA e 9,20% ao PPI.

G1. Orçamento 2016 (GOP e Funcionamento)



5.1 Previsão das Receitas

Para 2016 prevemos que a receita da Freguesia seja de €1.190.000,00 repartindo-se entre as receitas correntes, no montante de €1.164.900,00 (97,89%), e as receitas de capital, no montante de €25.100,00 (2,11%).

A receita corrente evidencia um aumento de €70.450,00 (6,44%) face ao ano anterior, enquanto a receita de capital sofre um decréscimo de €10.450,00 (-29,40%).

As principais variações ao nível das receitas correntes decorrem do reforço da rubrica de impostos diretos (61,04%) e das transferências correntes (7,96%), em contrapartida da diminuição das rubricas de taxas, multas e outras penalidades (-8,76%) e ainda, da rubrica de outras receitas correntes (-19,28%).

Nas receitas de capital evidencia-se uma redução na rubrica de venda de bens de investimento de €10.500,00 (-29,58%), decorrente do espírito de prudência adotado na previsão destas receitas.

Q.2 Evolução das Receitas por classificação Económica

Designação da Rubrica	2014	%	2015	%	2016	%	Variação	Δ %
Receitas Correntes								
Impostos Diretos	100,00	0,01%	38 500,00	3,41%	62 000,00 €	5,21%	23 500,00 €	61,04%
Impostos Indiretos	110,00	0,01%	110,00	0,01%	20,00 €	0,00%	-90,00 €	-81,82%
Taxas, Multas, Penal.	136 100,00	11,64%	132 530,00	11,73%	120 920,00 €	10,16%	-11 610,00 €	-8,76%
Rendimentos Propriedade	50,00	0,00%	50,00	0,00%	250,00 €	0,02%	200,00 €	
Transferências Correntes	891 360,00	76,26%	825 150,00	73,02%	890 860,00 €	74,86%	65 710,00 €	7,96%
Venda Bens e Serviços	79 500,00	6,80%	75 500,00	6,68%	72 600,00 €	6,10%	-2 900,00 €	-3,84%
Outras Receitas Correntes	16 610,00	1,42%	22 610,00	2,00%	18 250,00 €	1,53%	-4 360,00 €	-19,28%
Total Receitas Correntes	1 123 830,00 €	96,15%	1 094 450,00 €	96,85%	1 164 900,00 €	97,89%	70 450,00 €	6,44%
Receitas Capital								
Venda Bens Investimento	45 000,00	3,85%	35 500,00	3,14%	25 000,00 €	2,10%	-10 500,00 €	-29,58%
Outras Receitas de Capital	10,00	0,00%	50,00	0,00%	50,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Reposições não Abatidas	0,00 €	0,00%	0,00		50,00 €			
Saldo da Gerência Anterior	0,00 €	0,00%	0,00	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total Receitas de Capital	45 010,00 €	3,85%	35 550,00	3,15%	25 100,00 €	2,11%	-10 450,00 €	-29,40%
Total das Receitas	1 168 840,00 €	100,00%	1 130 000,00 €	100,00%	1 190 000,00 €	100,00%	60 000,00 €	5,31%

A previsão das receitas, nos termos do previsto no POCAL e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, teve por base as receitas cobradas nos anos anteriores. No caso das receitas de capital foi limitada ao exequível face à atual conjuntura económica, aos espaços disponíveis para concessão e perspetivas sobre interessados na concessão de espaços no cemitério.

5.1.1 Impostos Diretos e Indiretos

Esta rubrica inclui as receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), transferido para as freguesias nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 23º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Tendo em conta os valores executados em 2015 reforçamos a previsão no orçamento 2016 para €62.000,00, ou seja, um aumento de €23.500,00 face ao orçamento inicial de 2015.

5.1.2 Taxas, Multas e Outras Penalidades

Esta rubrica sofre uma redução de €11.610,00 face ao ano anterior, passando para o montante €120.920,00 procedente sobretudo da diminuição do número de alunos a frequentar a Componente de Apoio à Família (CAF) no corrente ano letivo, reflexo das alterações de horário escolar na EB1 João de Deus e, também, a uma maior prudência na previsão das receitas provenientes da secretaria.

5.1.3 Transferências Correntes

No cômputo geral a rubrica sofre aumento de €65.710, 00 fixando-se nos €890.860,00.

Em termos positivos verifica-se um aumento de €73.950,00 nas receitas provenientes da CMP destinadas a atividades, sendo que parte do mesmo já havia sido incluído no orçamento rectificativo de 2015 (€23.950,00) conforme decorreu do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado em 2015 e os restantes €50.000,00 agora acrescidos, constam já do orçamento da CMP para 2016 e destinam-se às atividades (€45.000) e às despesas decorrentes do Espaço do Cidadão (EdC) €5.000,00.

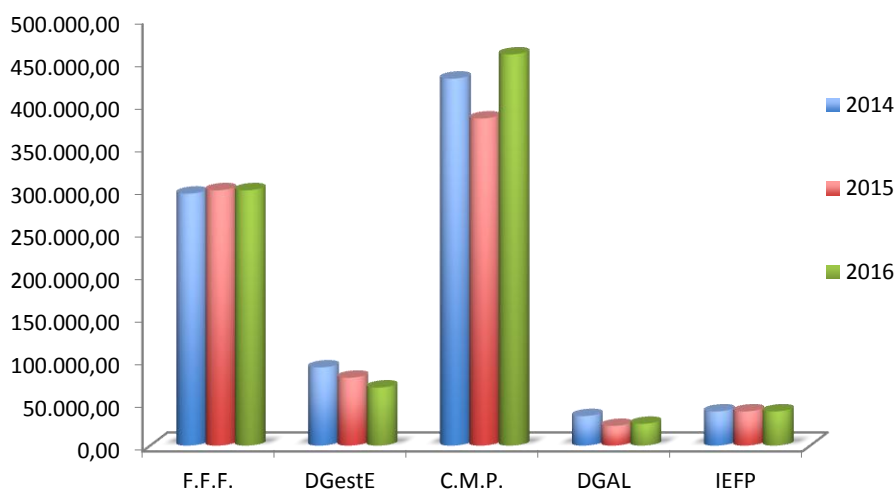
Em termos negativos salienta-se a diminuição da receita proveniente da DGestE (€11.500,00), já em vigor no ano letivo 2015/2016, relativa às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), em consequência da eliminação da disciplina de inglês no 3º ano (passando a receita por aluno de €150,00 para €90,00) e a diminuição do número de alunos na escola João de Deus, decorrente da alteração do horário escolar naquela escola do ensino básico e AE Clara de Resende.

Q.3 Evolução das Transferências

Dotações Iniciais

Descrição	2014	2015	Δ %	2016	Valor	Δ %
F.F.F.	295 000,00	299 000,00	-1,36%	299 000,00	0,00	0,00%
DGestE	91 500,00	79 500,00	13,11%	68 000,00	-11 500,00	-14,47%
C.M.P.	429 710,00	383 000,00	10,87%	458 050,00	75 050,00	19,60%
DGAL	34 500,00	23 000,00	33,33%	25 500,00	2 500,00	10,87%
IEFP	40 000,00	40 000,00	0,00%	40 000,00	0,00	0,00%
Outras	600,00	600,00	0,00%	310,00	-290,00	-48,33%
TOTAL	891 310,00	825 100,00	7,43%	890 860,00	65 760,00	7,97%

G2. Evolução das Principais Transferências Correntes



5.1.4 Venda de Bens e Serviços Correntes

Esta rubrica sofre uma redução de €2.900,00 face ao orçamento inicial de 2015, cifrando-se em €72.600,00, causada sobretudo por se ter incutido maior prudência na projeção das receitas, no que se refere às vendas de espólio do cemitério, venda de livros da Toponímia de Ramalde e Ouvindo Ramalde: Memórias e Registos, arrendamento de ossários e columbários e utilização das capelas mortuárias. Por outro lado, também se verifica um aumento das receitas provenientes de serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto, no montante de €2.000,00, decorrente da elevada adesão de alunos às atividades de férias (campos de Férias) desenvolvidas em 2015 e que se estima se mantenha em 2016.

5.1.5 Outras Receitas Correntes

Esta rubrica sofre um decréscimo face ao ano anterior, no montante global de €4.360,00, fixando-se nos €18.250,00 originado, maioritariamente pela diminuição da previsão das receitas provenientes dos encargos das instalações cedidas, atento o acordo celebrado com a IPSS ASAS de Ramalde que prevê o pagamento mensal de €150,00 relativo aos débitos dos anos anteriores, acrescido do pagamento das despesas mensais do exercício em curso.

5.1.6 Receitas de Capital

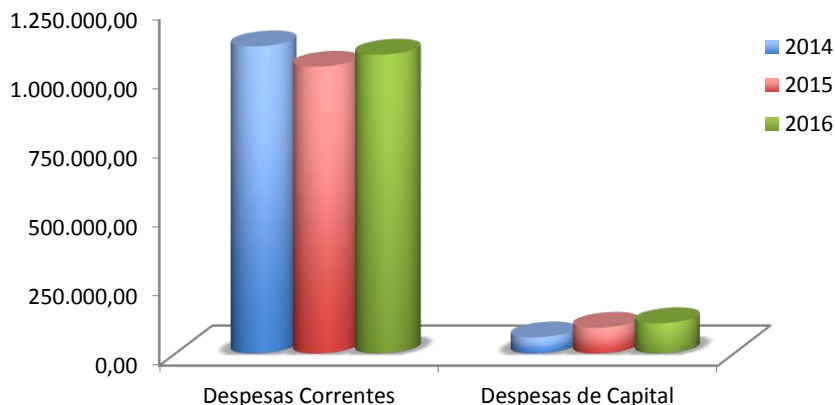
Esta rubrica apresenta uma diminuição global no montante de €10.450,00 (-29,40%), cifrando-se em €25.100,00. Na previsão das receitas afetas a esta rubrica foi adotado o critério de exequibilidade face aos espaços disponíveis para concessão e potenciais interessados.

Desta forma, consideramos a concessão de um jazigo para o qual temos um interessado, de cinco sepulturas perpétuas e quatro ossários/columbários.

5.2 Previsão das Despesas

Para 2016 prevê-se que a despesa total da autarquia ascenda a €1.190.000,00, representando um aumento no montante de €60.000,00 (5,31%) face ao orçamento inicial do ano anterior.

G3. Estrutura da Despesa



Em termos estruturais, as despesas correntes representam 90,80% do orçamento, no montante de €1.080.480,00 enquanto as despesas de capital representam 9,20% do orçamento, no montante de €109.520,00.

Face à previsão inicial do ano transato verifica-se um acréscimo de €43.600,00 nas despesas correntes (4,20%) consequência do aumento das despesas com pessoal (4,82%), das transferências correntes (52,68%) e de outras despesas correntes (17,07%).

As despesas de capital sofrem um aumento de €16.400,00 (17,61%), decorrente sobretudo do projeto de remodelação do salão nobre.

Q.4 Despesa por Rubrica

Descrição	2013	2014	2015	2016	Peso Estrutura
Despesas Correntes					
Despesas c/ Pessoal	661 985,00	633 880,00	561 315,00	588 385,00	49,44%
Aquis. Bens e Serviços	579 281,20	411 115,00	412 165,00	404 935,00	34,03%
Juros e Outros Encargos	5 786,50	2 550,00	300,00	650,00	0,05%
Transferências Correntes	40 000,00	31 500,00	35 500,00	54 200,00	4,55%
Outras Despesas Correntes	79 550,00	31 500,00	27 600,00	32 310,00	2,72%
Total Despesas Correntes	1 366 602,70	1 110 545,00	1 036 880,00	1 080 480,00	90,80%
Despesas de Capital					
Aquis. Bens de Capital	67 103,50	58 295,00	93 120,00	109 520,00	9,20%
Total Despesas de Capital	67 103,50	58 295,00	93 120,00	109 520,00	9,20%
Total Despesas	1 433 706,20	1 168 840,00	1 130 000,00	1 190 000,00	100,00%

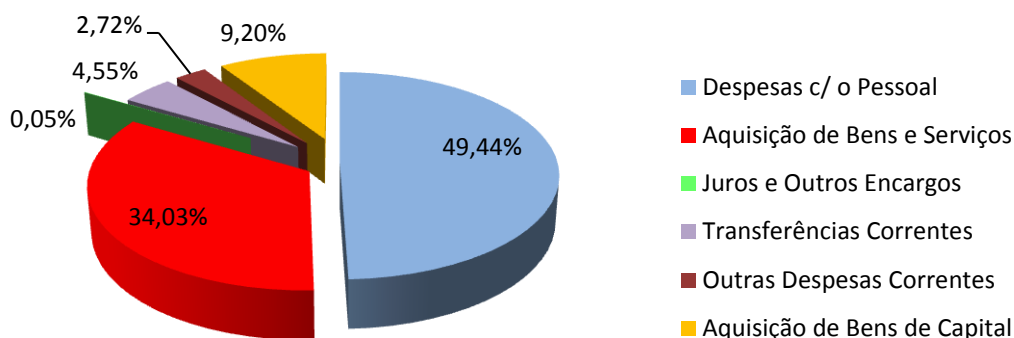
Q.5 Evolução da Despesa por Rubrica

Descrição	Dotações Iniciais							
	2014	P.E.	2015	P.E.	2016	P.E.	Variação	Δ %
Despesas Correntes								
Despesas c/ Pessoal	633 880,00	54,23%	561 315,00	49,67%	588 385,00	49,44%	27 070,00	4,82%
Aquis. Bens e Serviços	411 115,00	35,17%	412 165,00	36,47%	404 935,00	34,03%	-7 230,00	-1,75%
Juros e Outros Encargos	2 550,00	0,22%	300,00	0,03%	650,00	0,05%	350,00	116,67%
Transferências Correntes	31 500,00	2,69%	35 500,00	3,14%	54 200,00	4,55%	18 700,00	52,68%
Outras Despesas Correntes	31 500,00	2,69%	27 600,00	2,44%	32 310,00	2,72%	4 710,00	17,07%
Total Despesas Correntes	1 110 545,00	95,01%	1 036 880,00	91,76%	1 080 480,00	90,80%	43 600,00	4,20%
Despesas de Capital								
Aquis. Bens de Capital	58 295,00	4,99%	93 120,00	8,24%	109 520,00	9,20%	16 400,00	17,61%
Total Despesas Capital	58 295,00	4,99%	93 120,00	8,24%	109 520,00	9,20%	16 400,00	17,61%
Total Despesas	1 168 840,00	100,00%	1 130 000,00	100,00%	1 190 000,00	100,00%	60 000,00	5,31%

A análise da evolução das despesas por rubrica, dos últimos anos, permite verificar que, apesar do aumento de €43.600,00 nas despesas correntes face a 2015. O valor total destas continua abaixo do previsto em 2014 (€30.065,00), conservando-se o objetivo de contenção na despesa, sobretudo de funcionamento, e o incremento das despesas afetas quer ao Pa quer ao PPI.

Por outro lado, dentro das despesas correntes evidencia-se o peso das transferências correntes (€54.200,00) e outras despesas correntes (€32.310,00), que traduzem, maioritariamente, o incremento dos apoios às Escolas, Coletividades e outras Instituições da Freguesia.

G4. Despesa por Rubrica



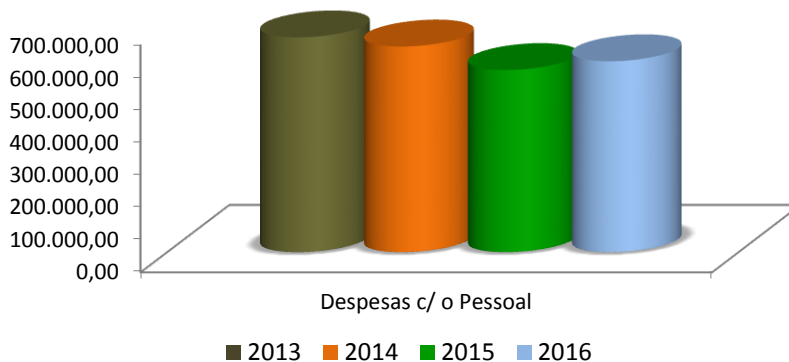
5.2.1 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal, no montante de €588.385,00 representam 49,44% sobre a despesa total e evidenciam um aumento de €27.070,00 face ao ano anterior, embora o peso relativo tenha diminuído por força do aumento do total do orçamento.

Este incremento na despesa deve-se sobretudo à inclusão do acordo de pagamento à ADSE dos débitos relativos a anos anteriores, prometidos liquidar em Abril e Julho de 2016 (€15.629,72), à inclusão das contribuições para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), no valor estimado* de €6.300,00, nos termos do art.º 154º da LOE 2015 (lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro) e ainda à contratação a termo resolutivo certo de um técnico superior para o GCI (concurso a decorrer) e de um assistente operacional para os serviços de limpeza do edifício sede (assegurados em 2015 por um CEI após a aposentação de uma funcionária do quadro).

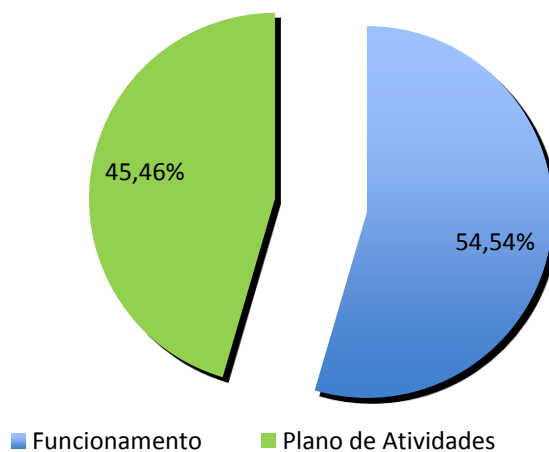
*A estimativa de contribuição para o SNS foi efetuada tendo por base o valor pago em 2015 (correspondente a um semestre), atendendo a que a aferição do valor dos custos efetivos da prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores da autarquia será efetuada pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS, I. P.) e comunicada via DGAL à Freguesia, conforme decorre do n.º 2 do art.º 154 da LOE2015. Saliente-se ainda, que esta verba é retida diretamente pela DGAL das transferências relativas ao Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF).

G5. Evolução das Despesas com Pessoal



Tal como já referido as despesas com pessoal ascendem a €588.385,00 dos quais 45,46% (€267.495,00) se referem a pessoal afeto ao desenvolvimento do PA, não estando, portanto, conexos com as despesas de funcionamento (serviços base) da autarquia.

G6. Desagregação das Despesas com Pessoal



5.2.2 Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica de aquisição de bens e serviços representa 34,03% do total da despesa e sofre um decréscimo de €7.230,00 (1,75%) face ao ano anterior. Esta diminuição refere-se essencialmente, a despesas de funcionamento (€7.150,00) como encargos de instalações, material de escritório, mercadorias para os CTT e outros serviços.

No PA, apesar de se verificar uma diminuição das despesas relacionadas com as AEC, as mesmas foram praticamente compensadas (€80,00) pelo aumento das despesas afetas a outras atividades, em particular, nas áreas da Educação e Formação e da Ação Social e Componente de Apoio às Famílias.

5.2.3 Juros e Outros Encargos

Não se prevê a existência de despesas significativas neste âmbito, pelo que o valor da dotação é meramente residual.

5.2.4 Transferências e Outras Despesas Correntes

Sendo um dos objetivos estratégicos deste órgão executivo o apoio e articulação com as escolas, coletividades e outras instituições da freguesia, no que se refere ao desenvolvimento de atividades educativas, culturais e recreativas e no âmbito do envolvimento social quer dos seniores, quer das crianças e jovens, reforçámos a rubrica de transferências correntes em €18.700,00, face ao ano anterior, distribuídos da seguinte forma:

- Escolas: reforço da verba a atribuir para despesas de expediente, limpeza e telefone, passando de €4,20 para €8,00 por aluno, harmonizando as verbas atribuídas por todas as freguesias da cidade do Porto;
- Instituições sem fins lucrativos: o valor previsional dos apoios sobe para €26.500,00 (valor aproximado do já executado em 2015);
- Famílias: reforço das verbas destinadas ao Fundo de Emergência Social (FES) e apoio direto às famílias (€13.700,00).

Q.6 Evolução dos Apoios Diretos e Indiretos

Descrição	2013			2014			2015			2016	
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Executado Nov.	Previsão	Δ%
Apoios Diretos											
Escolas	10.000,00	7.500,00	6.157,20	7.000,00	7.000,00	6.203,40	7.000,00	7.950,00	7.950,00	14.000,00	100,00%
Instituições	20.000,00	20.000,00	14.029,45	18.500,00	23.250,00	23.048,21	18.500,00	26.150,00	27.079,10	26.500,00	43,24%
Famílias	10.000,00	10.000,00	2.285,19	6.000,00	8.000,00	4.594,87	10.000,00	13.700,00	11.045,05	13.700,00	37,00%
Total Diretos	40.000,00	37.500,00	22.471,84	31.500,00	38.250,00	33.846,48	35.500,00	47.800,00	46.074,15	54.200,00	52,68%
Apoios Indiretos											
Escolas	10.500,00	10.500,00	0,00	2.750,00	2.830,00	433,48	4.250,00	4.235,00	3.606,90	12.550,00	195,29%
Instituições	47.500,00	37.500,00	16.777,56	22.500,00	18.500,00	13.917,38	20.250,00	15.050,00	13.057,23	15.050,00	-25,68%
Total Indiretos	58.000,00	48.000,00	16.777,56	25.250,00	21.330,00	14.350,86	24.500,00	19.285,00	16.664,13	27.600,00	12,65%
Total Apoios	98.000,00	85.500,00	39.249,40	56.750,00	59.580,00	48.197,34	60.000,00	67.085,00	62.738,28	81.800,00	36,33%

Para além do reforço dos apoios diretos às Escolas e Instituições acima referidos foram também reforçadas neste orçamento as dotações para apoios indiretos, sobretudo às escolas, quer no que se refere ao apoio para transportes/deslocações, quer pelo desenvolvimento das atividades de animação e apoio à família nos Jardins-de-infância das escolas das Campinas, Correios e Viso (AE Viso), Castelos (AE Fontes Pereira Melo) e Vilarinha (AE Manoel de Oliveira).

O reforço acima descrito pode ser verificado, não só nas rubricas de execução orçamental, como também, no PA:

Q.6.1 Desagregação Apoios Diretos e Indiretos

APOIOS DIRETOS ESCOLAS E INSTITUIÇÕES		40 500,00 €
A072	APOIO DIRETO ÀS INSTITUIÇÕES	34 500,00 €
A027	PROJETO ESCOLHAS RAMAL (DE) INTERVENÇÃO	4 000,00 €
A005	RAMALDE HÓQUEI.	1 000,00 €
A052	ESCOLA DE FUTEBOL "O RAMALDINHO"	1 000,00 €
APOIOS DIRETOS ÀS FAMÍLIAS		13 700,00 €
A016	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	10 000,00 €
A032	COLÓNIA DE FÉRIAS - SÉNIORES	1 700,00 €
A074	APOIO DIRETO ÀS FAMÍLIAS	2 000,00 €
APOIOS INDIRETOS		27 600,00 €
A073	APOIO INDIRETO ÀS INSTITUIÇÕES (PAGAMENTOS A TERCEIROS E SERVIÇOS)	10 100,00 €
A006	ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E PROLONGAMENTOS	12 000,00 €
A023	DESLOCAÇÕES E VISITAS TEMÁTICAS EB1 DE RAMALDE	5 000,00 €
A025	MAGUSTOS	500,00 €
TOTAL		81 800,00 €

Em termos de classificação funcional os apoios subdividem-se em:

Q.6.2 Apoios Diretos e Indiretos por Funções

02	FUNÇÃO SOCIAL	37.200,00 €
	Educação e Formação	17.000,00 €
	Ação Social e Apoio às Famílias	17.700,00 €
	Juventude, Desporto e Lazer	2.000,00 €
	Animação Sociocultural	500,00 €
05	MOVIMENTO ASSOCIATIVO	44.600,00 €
TOTAL		81.800,00 €

6 Grandes Opções do Plano (GOP)

O valor global das GOP para 2016 ascende a €718.465,00, absorvendo 60,38% do orçamento total da autarquia. Este valor desagrega-se entre o PPI no montante de €109.520,00 (9,20%) e o PA no montante de €608.945,00 (51,18%).

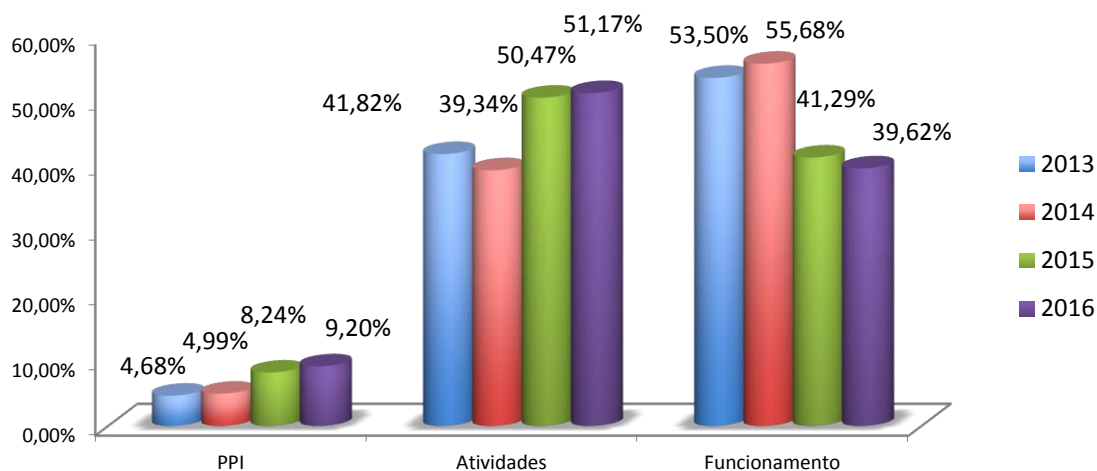
Q.7 GOP e Despesas de Funcionamento

Class. Orgân.	GOP						Funcionamento		Orçamento
	PPI	%	PA	%	Total GOP	%	Total	%	Total Despesas
01.01	160,00	0,01%	0,00	0,00%	160,00	0,01%	2.950,00	0,25%	3.110,00
01.02	36.250,00	3,05%	1.050,00	0,09%	37.300,00	3,13%	64.280,00	5,40%	101.580,00
02	14.000,00	1,18%	27.495,00	2,31%	41.495,00	3,49%	282.310,00	23,72%	323.805,00
03	29.650,00	2,49%	548.220,00	46,07%	577.870,00	48,56%	76.105,00	6,40%	653.975,00
04	4.800,00	0,40%	29.535,00	2,48%	34.335,00	2,89%	0,00	0,00%	34.335,00
05	24.660,00	2,07%	2.645,00	0,22%	27.305,00	2,29%	45.890,00	3,86%	73.195,00
Total	109.520,00	9,20%	608.945,00	51,18%	718.465,00	60,38%	471.535,00	39,62%	1.190.000,00

Ao efetuarmos a análise da despesa na ótica das GOP e das despesas de funcionamento, distribuída pelas diversas orgânicas, verificamos que, à semelhança dos anos anteriores, as orgânicas 03 – Educação, Ação Social, Juventude, Desporto e Cultura e 04 – Universidade Intergeracional Fernando Pessoa, refletem, em maior grau, as atividades prevista no PA, consumindo 57,84% do total do orçamento (€688.310,00).

Esta análise permite ainda verificar a convergência das dotações orçamentais com os objetivos estratégicos definidos para este mandato no que se refere à Educação, Coesão Social e cooperação com o Movimento Associativo.

G7. Evolução das GOP e Funcionamento



6.2 Plano de Atividades (PA)

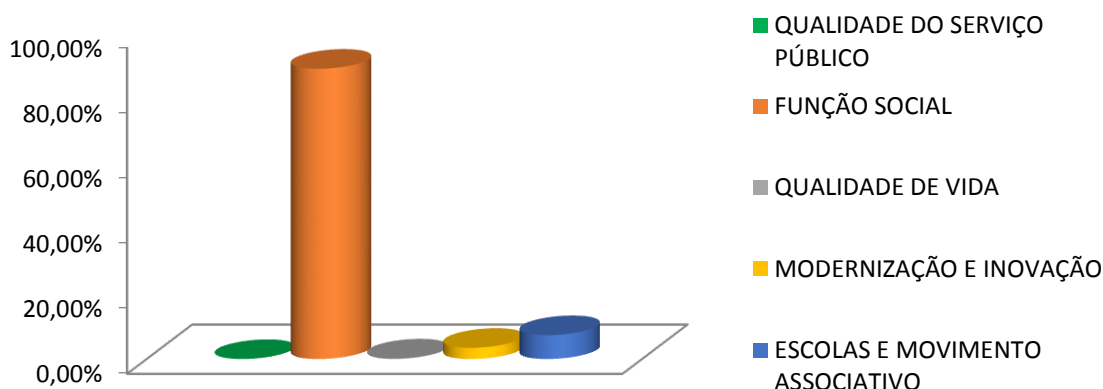
O montante global afeto ao PA ascende a €608.945,00, representando 51,18% sobre o total do orçamento, e um acréscimo de €38.650,03 face ao ano anterior.

Q.8 Classificação Funcional das Atividades

Obj.	Designação do Programa	Dotação	%
01	QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO	50,00	0,01%
02	FUNÇÃO SOCIAL	542.380,00	89,07%
	Educação e Formação	229.725,00	37,73%
	Ação Social e Apoio às Famílias	190.490,00	31,28%
	Animação Sociocultural	30.095,00	4,94%
	Cultura	22.850,00	3,75%
	Juventude, Desporto e Lazer	42.160,00	6,92%
	Coesão Social	27.060,00	4,44%
03	QUALIDADE DE VIDA	1.000,00	0,16%
	Observatório de Ramalde	1.000,00	0,16%
04	MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO	20.915,00	3,43%
05	OUTRAS ATIVIDADES	44.600,00	7,32%
	ESCOLAS E MOVIMENTO ASSOCIATIVO	44.600,00	7,32%
	TOTAL GERAL	608.945,00	100,00%

A análise do quadro seguinte permite concluir que as funções sociais continuam a ser a prioridade estratégica deste órgão executivo, representando 89,07% do PA. Entre estas atividades destacam-se a educação e formação, com um peso de 37,73%, e a ação social e apoio às famílias, com um peso de 31,28% sobre o total do PA.

G8. Distribuição do PA por Funções



Dentro das funções sociais no âmbito da Educação e Formação, executaremos as seguintes atividades:

- Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de apoio à Família (CAF), bem como as atividades dos campos de férias (A009);
- Apoio às escolas e Associações de Pais através da realização de atividades de desporto, inglês, música e lúdico-expressivas nos Jardins de Infância (A006);
- Implementação do Programa das piscinas (A059) que visa incentivar a prática da natação para os alunos do 4º ano das AEC;
- Implementação do Projeto “Ramalde - Educar para a Cidadania” cujo público-alvo são todos os alunos que frequentam o 4º ano das Escolas Básicas da Freguesia e tem como objetivo contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e solidários, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.
- Universidade Intergeracional Fernando Pessoa;

No que se refere à ação social e ao apoio a famílias reforçamos as verbas destinadas ao Fundo de Emergência Social (FES) e apoio direto às famílias. Saliente-se que o apoio às famílias não se limita à dotação existente na rubrica de transferências correntes, uma vez que existem uma série de atividades desenvolvidas pela autarquia com este mesmo objetivo. São exemplos disso: a oficina de manutenção, o Ramalde Solidário (takeaway e loja social), o apoio ao Projeto Ramal (de) Intervenção e Programa Escolhas “Projeto Raiz”, a realização de colónias de férias dirigidas a famílias carenciadas, a CAF de que isentamos pagamento as famílias com dificuldades económicas, entre outras. As despesas relacionadas com estas atividades não estão refletidas de forma explícita nas dotações de apoio direto às famílias.

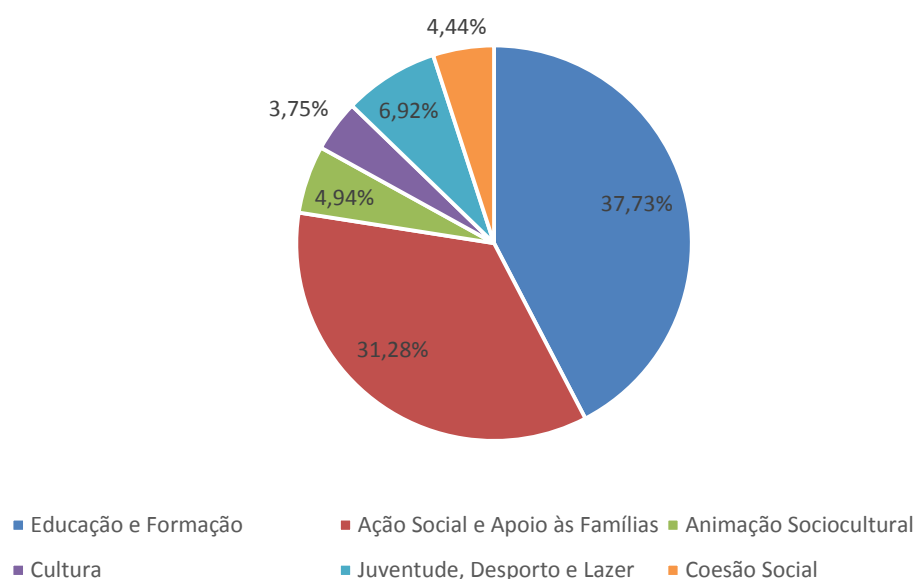
No âmbito da Animação Sociocultural serão mantidas as atividades desenvolvidas diretamente com os centros de dia e de convívio da freguesia, os encontros intergeracionais “Avós e Netos”, o dia metropolitano dos avós, os magustos, as celebrações dos santos populares e o “Dia do Vizinho”.

Na vertente cultural pretendemos dar continuidade às atividades já anteriormente desenvolvidas: Coros (Sénior, Infantil, UIFP e dos Funcionários), o Festival da Canção, Dia Mundial do Teatro, Festival de Folclore, Festas e Rugsas de S. João, Jornadas Europeias do Património e Rally Fotográfico.

No âmbito do Desporto, Juventude e Lazer, para além das atividades desenvolvidas em anos anteriores como a Escola de Futebol “O Ramaldinho”, Guitarradas, Olimpíadas de Ramalde, Dia Radical, Dias Mundiais da Pessoa com Deficiência e da Atividade Física/Saúde, reforçaremos a aposta em atividades que proporcionem não só a atividade física como o envolvimento e desenvolvimento social como o Hóquei em Campo, o Voleibol e Gira-Vólei e a natação.

Atenta a situação socioeconómica que o país e a freguesia atravessam e constantes pedidos de integração por parte da comunidade, manteremos as políticas de coesão social, através da cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), nomeadamente a celebração de Contratos de Emprego Inserção CEI+) e, ainda, com a Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais no que se refere à integração de cidadãos sancionados com trabalho a favor da comunidade.

G9. Funções Sociais



6.3 Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

No que se refere ao investimento para 2016 manteremos o objetivo de modernização ao nível tecnológico e informático da autarquia, a desenvolver no âmbito do Sistema de Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA) e, também, o objetivo de melhoria das instalações ao nível de Eficiência Energética inseridos no Programa “Portugal 2020”, para os quais estamos a preparar as candidaturas aguardando a publicitação do aviso de abertura de procedimento.

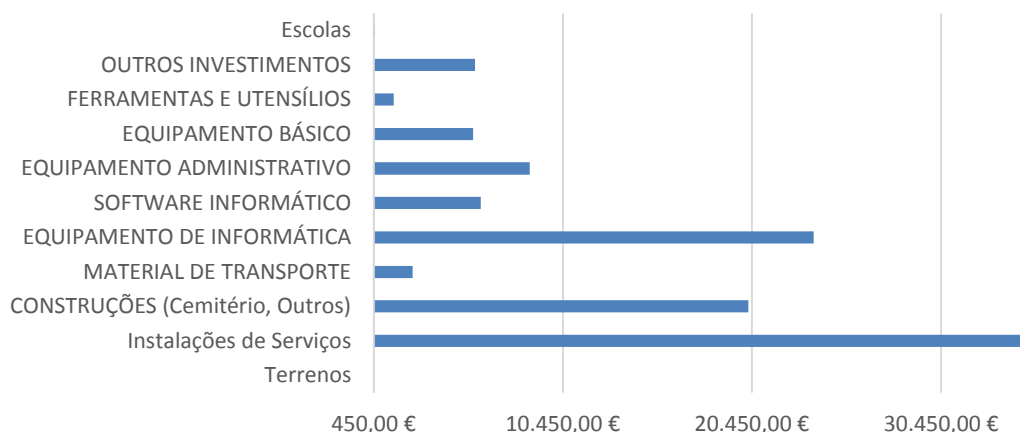
Não obstante, por não serem ainda conhecidas as datas do referido concurso, nem estar definida a tipologia de investimentos elegíveis no âmbito da candidatura, optamos por não inserir a totalidade destes investimentos no PPI inicial.

Nesta conformidade, de entre os investimentos previstos no PPI, destacamos:

- Manutenção da Certificação da qualidade (€1.500,00);
- Remodelação do Salão Nobre: instalações, som e mobiliário (€29.000,00);
- Obras de Construção e Requalificação do Cemitério (€21.250,00);
- Obras de conservação na UIFP (€3.500,00);
- Equipamentos para a Oficina de Manutenção (€1.500,00);

- Equipamento e Software Informático (€29.800,00);
- Baterias/Condensadores de Energia para o Espaço “Ferreira de Castro” (€2.500) – candidatura ao Fundo de eficiência energética aprovada em relatório preliminar;
- Gabinete de Inserção Profissional (€5.000,00) – verba incluída no protocolo e a ser reembolsada pelo IEFP;

G10. PPI 2016



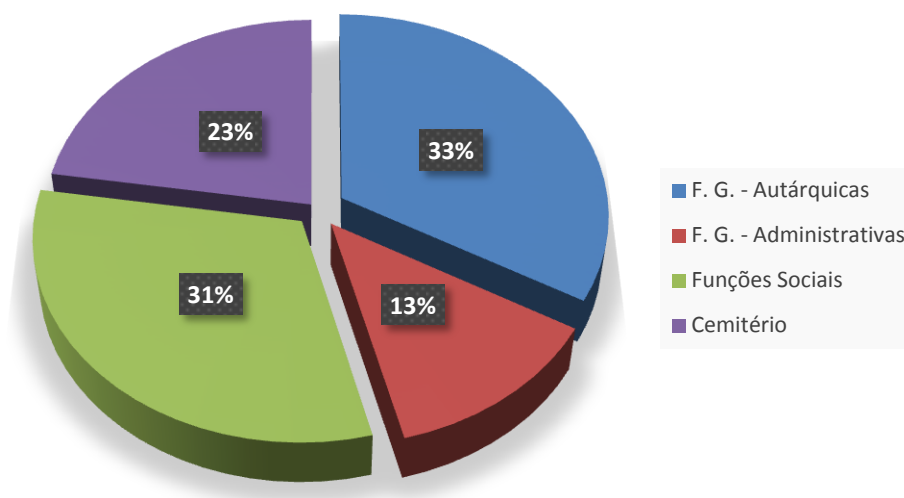
Analisando o PPI por tipo de investimento concluímos que as despesas mais elevadas são as relativas à remodelação das instalações e do cemitério, seguidas das despesas relacionadas com o equipamento informático.

Q.9 Evolução do PPI

Class. Orgânica	Descrição	2013	2014	2015	2016	Peso	Variação	Δ %
01.01	Assembleia de Freguesia	160,00	160,00	160,00	160,00	0,15%	0,00	0,00%
01.02	Junta de Freguesia	33.763,50	18.900,00	27.000,00	36.250,00	33,10%	9.250,00	34,26%
02	Serviços Administrativos	10.360,00	10.360,00	19.050,00	14.000,00	12,78%	-5.050,00	-26,51%
03	Educação, Ação social, Cultura, Juventude e Desporto	16.160,00	16.650,00	19.200,00	29.650,00	27,07%	10.450,00	54,43%
04.01	JI vs UIFP	1.605,00	1.515,00	3.500,00	4.800,00	4,38%	1.300,00	37,14%
05	Cemitério	5.055,00	10.710,00	24.210,00	24.660,00	22,52%	450,00	1,86%
Total		67.103,50	58.295,00	93.120,00	109.520,00	100,00%	16.400,00	17,61%

Face ao orçamento inicial do ano anterior o PPI prevê um reforço de €16.400,00 no investimento. Tal como já referido anteriormente, este aumento deve-se sobretudo às obras de remodelação do salão nobre e sala de formação da autarquia, à aquisição de equipamento informático e despesas relacionadas com o protocolo do GIP.

G11. PPI por Funções



Efetuando a análise do PPI através das classificações orgânicas do orçamento e relacionando-as com as funções da autarquia concluímos que a maioria do investimento se reflete na 01.02, precisamente por se incluírem nesta orgânica, as despesas relativas à remodelação/requalificação do salão nobre, seguida da orgânica 03 na qual se integram o GIP, a oficina de manutenção, as viaturas e um elevado número de equipamentos informáticos a necessitar de substituição.



7. Conclusão

Do ponto de vista técnico, é minha convicção estarmos perante um relatório produzido pelos serviços de Contabilidade e pelouro de Finanças, muito objetivo e, sobretudo, muito perceptível quanto a verbas, explanação da sua aplicação, as razões na comparação com anos anteriores de forma a, também com muita clareza, quase sem esforço, poder analisar-se a evolução desta nossa autarquia. É um relatório que não cansa, simples, objetivo, pragmático, aquele que gostamos para nós e servisse às nossas tarefas e funções.

Do ponto de vista político pedi que fossem focados os aspetos mais importantes do que pretendemos continuar a fazer, na verdade cumprir o que foi prometido no início do nosso mandato, os nossos objetivos de coesão social, sobretudo.

Nas últimas reuniões de Junta fui sensibilizando os colegas deste órgão executivo para mudarmos um pouco a agulha das nossas intenções, não muito, pensarmos em aumentar um pouco mais o valor do orçamento na componente juvenil, exatamente por serem as crianças e os jovens de hoje os adultos de amanhã, também por termos a obrigação de lhes dar maior e melhor formação e apoio, habituados que estão a um mundo de facilidades (nem todos, há focos de exclusão social, abandono escolar e de toxicoddependência na freguesia que urge combater e este é o caminho), por certo não tão preparados quanto os mais velhos para arrostar com dificuldades que teimam em persistir (e pensamos que persistirão ainda) na sociedade portuguesa.

Há da parte deste órgão executivo e de mim enquanto presidente a clara noção de estarmos a fazer o nosso melhor, gerindo os recursos financeiros, escassos para tanto a fazer, com o rigor, pragmatismo e prudência desejados; dando formação ao pessoal que aqui dá o seu melhor e é o motor de todas as atividades que levamos a cabo (e são muitas e variadas); corrigindo, em etapas que vamos ganhando, situações irregulares existentes no quadro de pessoal sem vínculo; reforçando cada vez mais o sistema de gestão de qualidade, motor a puxar por todos e cada um de nós, estendendo-o a mais serviços; melhorando instalações e equipamentos propriedade da Junta; apostando num maior conforto (os invernos, no edifício antigo, são duros de suportar, precisamos de

melhorar a climatização, portas e janelas); exigindo que os nossos parceiros, a quem estão cedidos equipamentos municipais, façam o que têm a fazer, cumpram as cláusulas contratuais dos protocolos e não se escudem na Junta para obrigações de manutenção mais do que decorre da solidariedade, consideração e respeito institucional recíprocos. De todos eles, há dois protocolos que bem poderiam correr melhor.

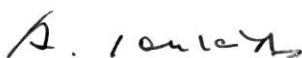
É nesta senda e caminho que damos o melhor do nosso esforço, Junta e Funcionários, nem mais nem menos aquilo a que todos nos comprometemos quando tomámos posse ou aceitámos trabalhar para a Freguesia de Ramalde e para o bem-estar de todos os Ramaldenses, sem exceção. Não fazemos tudo mas o que fazemos, fazemo-lo com denodo, seriedade e honestidade de propósitos, sem animosidades pessoais mas superior grau de exigência e nunca abdicando de prosseguir o interesse público.

Com a discussão e aprovação deste Orçamento, estamos cientes que caminhamos já, apressadamente, para a meta e final do nosso mandato e, tal como percebemos melhor hoje, passados que são dois anos e maior experiência, o que é natural, o conhecimento da freguesia é agora muito maior, das suas pessoas, da sua riqueza (referimo-nos à intangível), também das suas debilidades, o que nos permite ajustar o percurso e fazer alguns desvios para atingir a meta, é uma espécie de caminho de S. Tiago.

Continuamos a defender e a pugnar por mais competências para as freguesias, não é uma questão de ambição de poder, é o conhecimento direto da realidade que a Junta de Freguesia e seus funcionários têm e sentem melhor que ninguém, o palpitar da população e dos seus anseios, que resulta da nossa impossibilidade de poder fazer melhor, o mesmo é dizer, resolver os seus problemas, se algumas das competências nos fossem delegadas.

Mas e concluindo, nunca nos falta ânimo para, naquilo que são as nossas atribuições e competências, mesmo que limitadas, fazer melhor e, quase diria, continuar a inventar.

António Gouveia



Presidente da Junta